

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**O DEBATE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO
BRASIL: VERSÃO ANOS 2000**

RAFAEL PAPADOPOULOS NOGUEIRA
matrícula nº: 107329406

ORIENTADORA: Prof. Maria de Mello Malta

JANEIRO 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

O DEBATE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL: VERSÃO ANOS 2000

RAFAEL PAPADOPOULOS NOGUEIRA
matrícula nº: 107329406

ORIENTADORA: Prof. Maria de Mello Malta

JANEIRO 2014

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar o debate recente sobre a distribuição de renda no Brasil. Mostrar o diagnóstico dominante sobre o tema e sua agenda propositiva, mas também a sua respectiva crítica. Para isso, antes é feita uma discussão sobre as bases teóricas do debate e também são apresentados alguns limites e problemas que os estudos sobre o tema podem conter.

Índice

Introdução:	8
Capítulo 1 – A questão da distribuição de renda como controvérsia teórica no Brasil.	9
Introdução:	9
1.1 A aplicação do pensamento marxista brasileiro na análise sobre a distribuição:	10
1.2 Os marginalistas e sua versão brasileira	12
Capítulo 2 - Problemas metodológicos de uma análise acerca da distribuição de renda.....	17
Introdução:	17
2.1 – Distribuição pessoal x distribuição funcional da renda	17
2.2 Os problemas com os dados disponíveis no Brasil.....	18
Capítulo 3 – Debate distributivo no Brasil: versão dos anos 2000	24
Introdução:	24
3.1 – Introdução ao debate “versão 2000”	24
3.2 – Versão dominante	26
3.3 – Uma resposta à versão dominante: críticas teóricas e metodológicas	32
Conclusão.....	39
Bibliografia	40

Introdução:

O debate sobre distribuição de renda é tão importante no Brasil em virtude de sua relevância material. O Brasil sempre foi o país com a pior distribuição de renda de todo o mundo, podendo apenas estar em segundo lugar, de acordo com alguns indicadores alternativos. As abordagens ao tema foram, e são muitas e suas diferenças refletem posições políticas e filiações teóricas diversas.

O debate distributivo normalmente ganha maior força no Brasil quando variações na distribuição são apontadas como resultado de análises concretas. Podem-se destacar dois momentos importantes deste debate. O primeiro durante os anos 1970 após a publicação do CENSO 1970 que revelou uma piora da distribuição importante em relação ao decênio anterior em meio ao anos de pleno milagre econômico da ditadura civil-militar brasileira. O segundo, mais recente, motivado pela publicidade realizada pelo governo federal em torno de melhorias na distribuição de renda no Brasil após o primeiro governo Lula.

Em ambos os casos um “arsenal” de economistas foi convocado para explicar as questões apontadas pela história e pela política. Entre justificadores e críticos, os debates sempre fazem referência direta ou indireta a elementos teóricos e metodológicos para definir o argumento.

Visitemos então estas questões antes de entrar no debate específico sobre a melhoria da distribuição de renda no Brasil nos anos 2000. Primeiro passaremos pelo debate mais geral na História do Pensamento Econômico sobre distribuição de renda e suas influências no Brasil. Em seguida visitaremos as questões metodológicas e as diferentes abordagens que um estudo sobre o tema pode ter, levantando também alguns problemas e limites que o tema e os dados sobre o assunto carregam. Por fim, apresentaremos um diagnóstico recente sobre evolução da distribuição de renda no Brasil uma respectiva crítica, expressando em termos práticos o que foi discutido anteriormente.

Capítulo 1 – A questão da distribuição de renda como controvérsia teórica no Brasil.

“...De pouco vale argumentar apenas com a distribuição de salários e rendimentos pessoais, deixando-se de lado a concentração da riqueza, se realmente se quiser tocar a fundo as questões.” (CARDOSO, 1975, p.10)

Introdução:

Este capítulo tomará como referência o trabalho de Beluzzo (1975) por considerar que coloca de forma sintética a questão teórica conforme aparece em sua primeira versão no Brasil. Segundo este autor o debate gira em torno de duas escolas principais: Marxistas e Marginalistas. A primeira busca entender a distribuição como consequência da contradição fundamental do Sistema Capitalista: capital x trabalho. A segunda substitui a contradição e busca a explicação em algo completamente oposto, harmônico, um equilíbrio gerado em um processo de trocas onde cada fator de produção é trocado em iguais condições.

Apesar de visões opostas ou de discordar nos motivos para tal, existe um mínimo consenso entre essas duas escolas na análise real de que a estrutura da distribuição de renda pouco se altera. Para os marxistas o motivo desta permanência estrutural é uma determinação do sistema capitalista que gera e se sustenta através dessa desigualdade. Para os neoclássicos, não está na teoria esta explicação, porém afirmar que a sustentação da estabilidade está na justiça de cada fator receber de acordo com sua contribuição no processo produtivo.

Rodolfo Hoffman aponta que a mencionada estabilidade da distribuição de renda no Brasil é algo que revela pouco, e nos impele para um aprofundamento não exclusivamente teórico:

“A relativa estabilidade dos padrões de distribuição da renda e riqueza de um país mostra a importância de análise histórica para compreender o atual grau de concentração.” (Hoffman, R. 1975)

Beluzzo e Hoffman são dois autores importantes no campo da análise distributiva a partir de teoria crítica e os utilizaremos para apontar os elementos que conformam a análise marxista sobre o tema, conforme apresentada no Brasil.

1.1 A aplicação do pensamento marxista brasileiro na análise sobre a distribuição:

Como podemos inferir da citação anterior de Hoffman(1975), a visão marxista faz recurso a história para compreender a distribuição de renda de qualquer período enquanto resultado de um longo processo. Usando o método materialista histórico dialético Marx, em 1867, publica sua principal obra que se propõe a explicar o Modo de Produção Capitalista.

Em todo o trabalho de Marx, diferentemente do que ocorre com os autores clássicos, a questão da distribuição não é um ponto novo, ou seja, que se deva considerar sua contribuição nova do ponto de vista teórico ou um elemento que deva ser foco principal de ações revolucionárias. A melhoria da distribuição de renda é uma questão de autores liberais, na tradição iniciada por David Ricardo, que coloca centralidade da distribuição como elemento que determinará o ritmo do processo de acumulação a partir da parcela poupada (não consumida) do produto total, na mão dos capitalistas. Para Ricardo apenas os capitalistas investiam e por isso estava na mão deles o gatilho do processo de acumulação¹. Apesar disso, Marx contribui ao radicalizar a análise distributiva de Ricardo, colocando em evidência a origem do valor e o fato de que a mais-valia, gerada pelo trabalho, é apropriada pelas classes proprietárias (capitalistas e proprietários de terra) e que a distribuição ocorre por força do poder relativo das classes, em um esquema de disputa entre elas.

Para Marx, a história da sociedade nada mais é do que a história da luta de classes, e são nesses marcos que os Marxistas buscam entender e explicar a renda e sua distribuição. A Teoria da Distribuição de Marx se baseia em outra teoria básica para o autor, a Teoria do Valor Trabalho. Esta teoria se volta para a produção para explicar de onde vem o valor das mercadorias e com isso começar a explicar o Sistema Capitalista. É justamente na esfera da produção que estão dados os limites da distribuição de renda.

¹ Ver Ricardo (1815)

Vejamos mais a fundo: a classe dominada (trabalhadora) por não possuir os meios de produção necessários para a produção social da vida, assim como a classe dominante, se submete “livremente” à outra classe (burguesa) de forma a garantir sua subsistência. Ao se submeter à exploração capitalista a classe trabalhadora recebe em troca um salário equivalente ao valor de reprodução de sua própria força de trabalho.

Porém, devido ao duplo caráter da força de trabalho - de gerar um valor maior que ela mesma possui - é gerada durante o processo de produção uma mercadoria que contém: valor antigo transferido de outras mercadorias e valor novo deste processo. Dentro do valor novo existe a pequena fração que se destina ao pagamento da força de trabalho ao seu valor. No entanto, a maior parte do valor novo gerado pela força de trabalho é apropriada pela classe que detém o capital. Esta parte maior que é gerada pelo trabalhador, mas que é apropriada pelo capitalista é chamada de trabalho não pago, ou mais valia.

Ao nos voltarmos para o processo da produção e geração do valor e entendermos as categorias envolvidas nesse processo, é possível compreender que a desigualdade na distribuição da renda nada mais é que a expressão do processo produtivo. Marx já apontava para isso:

“O salário pressupõe o trabalho assalariado, o lucro, o capital. Essas formas concretas de distribuição pressupõem, pois, determinadas características sociais dos agentes de produção. As relações concretas de distribuição são, pois, simplesmente a expressão de produção, historicamente determinadas.” (Marx, 1959, apud Belluzzo 1975, p. 16).

Portanto, a distribuição da renda gerada no processo de produção da riqueza dentro do sistema capitalista está atada na desigualdade fundante do sistema e necessária a sua reprodução. Belluzzo(1975) resume bem o problema: “As relações antagônicas de produção entre trabalho e capital se traduzem em relações de distribuição igualmente antagônicas: o desejo dos trabalhadores de melhorar suas condições de vida se contrapõe ao impulso dos capitalistas em expandir o valor de seu capital.” (p.16)²

² Belluzzo(1975) não nos deixa esquecer a importância e a influência dos desenvolvimentos sobre a teoria da distribuição realizadas pelos autores clássicos, em especial Adam Smith e David Ricardo, sobre o trabalho de Marx.

1.2 Os marginalistas e sua versão brasileira

Belluzo (1975), em seu artigo mostra a importância da ruptura neoclássica para a teoria econômica. A Revolução Marginalista no final do século XIX ataca os alicerces da economia política clássica e marxista. O que antes era um conflito distributivo entre grupos ou classes dá lugar a uma noção de equilíbrio. A contradição se torna harmonia, a tentativa de entender a oposição de classes no processo produtivo e sua consequência na distribuição da renda se transforma em estudar condições de equilíbrio no processo de troca.

É um ataque à Teoria do Valor Trabalho, pois se desloca o debate da órbita da produção para a órbita do intercâmbio de valores de uso, introduzindo-se o conceito de utilidade como referência para o estabelecimento do valor. Essa transposição da teoria da distribuição tem uma consequência central: a ideia de troca pressupõe igualdade de condições entre os agentes envolvidos.

Para conseguir a façanha de igualar trabalhadores e capitalistas era preciso algo novo. O fator de produção é apresentado como solução para o problema. Trabalhadores e capitalistas vão ao mercado como proprietários de fatores de produção e vendem seus serviços em troca de uma remuneração. Belluzo ressalta que “com essa redução teórica, ao mesmo tempo, expulsa as classes sociais como categorias relevantes da Economia Política e falsifica o conceito de capital, agora transfigurado em seus aspectos puramente físicos.”.

A teoria da distribuição passa para uma teoria de preços de fatores. A remuneração paga ao proprietário de um fator de produção depende do preço que ele consiga pela venda de seus serviços. O preço do fator é determinado pela oferta e pela demanda do serviço no mercado, este é demandado pelos bens finais que pode produzir. Com isso, o preço do fator é derivado dos preços dos bens finais.

Ao mesmo tempo as empresas maximizam lucros em condições de concorrência perfeita. Sendo assim os fatores são empregados até o ponto em que o preço obtido pela venda de uma unidade adicional do bem final se iguale ao custo da unidade adicional de fator empregado. Ou seja, o preço/remuneração de cada fator de produção tenderá a igualar-se a sua produtividade marginal. Em outras palavras, cada fator recebe de acordo com a sua “contribuição” ao processo produtivo.

Esta “contribuição” ou produtividade marginal está delimitada pelas condições técnicas de produção: a lei dos rendimentos decrescente, a produtividade marginal – *ceteris paribus* – varia inversamente à quantidade empregada do fator, conclui Belluzo.

Além do objeto de análise passar dos grupos para simplesmente um agente dotado de determinados fatores em busca de remuneração pela venda de seus serviços, o trabalho não é mais o único a criar valor, o capital é igualmente capaz de produzi-lo. Um dos principais autores da escola neoclássica, Alfred Marshall, deixa claro contra quem se posiciona:

“Mas a suposição de que toda esta “mais-valia” é produto do trabalho já apresenta como certo aquilo que, em última análise, procuram provar por seu intermédio. Não tentam prová-lo. E efetivamente não é verdadeiro. Não é verdade que a fiação, numa fábrica, depois de feito o desconto pelo desgaste do maquinário, seja o produto do trabalho dos operários. É o produto do seu trabalho, juntamente com o do empregador e capatazes subordinados, e do capital empregado. E esse capital mesmo é o produto de muitas espécies de trabalho e de espera. Se admitirmos que seja produto de trabalho apenas e não de trabalho e de espera, podemos, sem duvida, ser compelidos, por uma lógica inexorável, a admitir que não há justificação para o juro, a recompensa da espera, pois a conclusão está implícita na premissa.” (Marshall, 1946 apud Alvarez, 1996, p. 14)

Marshall investe contra Marx e esta diferença fundamental entre a posição do trabalho no processo de produção e consequentemente a origem do valor, marca a ruptura teórica entre os dois campos colocando em lados opostos a teoria marginalista e a teoria clássico-marxista. Marx já não estava mais vivo para responder aos golpes sofridos, porém, uma série de marxistas assumiu esta tarefa.

Piero Sraffa foi um dos principais autores a rebater a crítica marginalista e também demonstrar os problemas desta teoria. Belluzo se utiliza das críticas de Sraffa e também contrataca os autores marginalistas:

“O processo de redução teórica, elegantemente operado pela escola marginalista, não se fez, porém, sem percalços lógicos dificilmente perceptíveis para quem foi educado na sua tradição. O maior deles consiste na confusão entre dois conceitos de capital: o fundo financeiro controlado pelos capitalistas é identificado ao equipamento físico e as máquinas que permitem ao trabalhador produzir.” (Belluzo, 1975, p.18)

Em outras palavras, o montante de dinheiro/capital na mão dos capitalistas só de fato produz algo se for usado para comprar máquinas e equipamentos. E aí sim, nesse segundo momento se inicia o processo produtivo. O fundo financeiro monolítico, ou capital homogêneo, é uma coisa. O imenso número de diferentes máquinas e equipamentos no processo produtivo, ou capital heterogêneo, é outra. Ambos são capital, mas com diferentes características e consequências. Tratá-los como uma única coisa é uma das principais críticas aos marginalistas.

Além disso, para se transformar o capital homogêneo em capital heterogêneo é preciso saber o preço desses bens heterogêneos, e para se saber os preços é preciso saber qual a taxa de lucro média da economia. Belluzo (1975) explica: “Dessa forma, não há sentido algum em se estabelecer uma relação unívoca entre “volume de capital”, produtividade marginal e taxa de lucro: o valor do capital depende da taxa de lucro e esta não pode, em qualquer sentido, ser determinada pela “quantidade de capital”, a menos que os raciocínios circulares almejassem foros de ciência...”. (p. 19).

Alguns autores marginalistas responderam à crítica do problema da circularidade tentando criar uma unidade de medida para o capital independente da taxa de lucro e dos demais preços. O que também foi criticado pelo fato de desconsiderar que o capital é uma expressão de uma relação social e isso inverteria a sua determinação. O que nos faz voltar para o debate central de determinação da renda.

A explicação da determinação centrada no indivíduo ganhou ainda mais força no final da década de 1950. O economista americano Theodore Shultz ao relacionar a rápida recuperação econômica da Alemanha e do Japão no pós Segunda Guerra com os altos níveis de educação e saúde dessas populações criou o conceito de capital educacional. Posteriormente Gary Becker e

Barry Chiswick constroem um modelo formal que relacionava o nível de educação com os rendimentos dos indivíduos e neste contexto formulam o conceito de capital humano, nos explica Malta (2010).

Essa teoria junto com a estrutura teórica marginalista foram usadas pela primeira vez no Brasil por Carlos Langoni para eximir da ditadura civil militar brasileira a responsabilidade pela piora na distribuição de renda durante o período do suposto milagre econômico brasileiro. Os rendimentos dos indivíduos dependeriam de investimentos em educação e não da política econômica do regime.

A concentração de renda seria causada por um desajuste temporário nos mercados de fatores devido ao crescimento acelerado. A solução viria do próprio mercado que geraria o equilíbrio geral em seu devido tempo. Conclui Malta (2010): “O trabalho de Langoni introduz a noção de capital humano sobre a base de explicação na distribuição de renda via teoria marginalista com o objetivo de explicar o diferencial salarial entre indivíduos.”(p.161)

Rodolfo Hoffman ao criticar Langoni no seu artigo da década de 1970 acaba resumindo bem a crítica a teoria do capital humano:

“(...) se tenta mostrar que a educação é a maior causa do aumento da desigualdade na década de 60. Afirma-se que “o desenvolvimento econômico brasileiro – como o de qualquer país – é um mecanismo que naturalmente diferencia as pessoas, principalmente através da educação” (...) Sabemos que renda e nível de instrução estão positivamente correlacionados. (...) Assim, quando o autor do estudo estratificou a população conforme nível de escolaridade estava grosso modo, estratificando-a segundo níveis de renda.” (Hoffman, 1975, p. 120-121).

A conclusão do mesmo autor pode servir de conclusão também para o capítulo e inspiração para qualquer trabalho sobre distribuição de renda:

“Assinalamos, entretanto, que o processo de concentração da renda só pode ser considerado “natural” no sentido de que é

natural que num regime escravocrata haja escravos, que num regime feudal haja senhores e servos, ou ainda, no sentido de que para um canibal é natural que alguns comam e outros sejam comidos.” (Hoffman, 1975, p. 121).

Capítulo 2 - Problemas metodológicos de uma análise acerca da distribuição de renda

Introdução:

Não existe debate sobre alterações na distribuição de renda que não seja histórico e geograficamente determinado. Isto é necessário para que a análise seja feita sobre dados bem definidos.

É exatamente no que se refere à forma de produzir e analisar os dados sobre distribuição de renda que a discussão deste capítulo se centra. Questões como a diferença entre distribuição pessoal e funcional da renda, sua relação com a propriedade, a dificuldade de reparação das rendas do trabalho das rendas do capital e as diferenças metodológicas dos dados produzidos pelos sistema de contas nacionais e pela pesquisa por amostra domiciliar são os principais pontos analisados.

2.1 – Distribuição pessoal x distribuição funcional da renda

Olhar os dados sem entender a diferença entre as duas formas tradicionais de enfrentar o problema da distribuição de renda pode tornar a análise superficial e pouco elucidativa. A distribuição funcional se caracteriza por ser agrupada de acordo com a sua apropriação conjunta, destinando-se para trabalhadores ou empresas, de maneira mais geral. Tendo também como destino bancos, donos de terra, rentistas, recebedores de aluguel e podendo ainda separar-se os impostos.

A distribuição funcional da renda revela como é possível enxergar o montante da renda que se destina aos salários e o montante da renda que é a soma dos lucros com as rendas sobre ativos que não sejam capital. Dessa forma podemos estudar movimentos de aumento ou diminuição na participação relativa do salário na renda. Já a distribuição pessoal da renda, não é mais apresentada de acordo com a propriedade sobre certos ativos ou à forma de inserção na produção, mas pelos indivíduos que compõem a economia. Em vez de analisar a distribuição por meio da funcionalidade de cada coletivo e como ele afeta essa distribuição, agora o objeto de análise é um indivíduo.

Ao buscar entender a variação da renda através do indivíduo, geralmente o debate se reduz a tentar explicá-la através da diferença de habilidades entre as pessoas. Ou melhor, o que determinaria essas diferenças de habilidade e o reflexo dessas diferenças nos ganhos pessoais.

Observando esta diferença parece-nos que autores com visão marxista da questão da renda tenderão a buscar montar sua análise com base em dados de distribuição funcional da renda, enquanto aqueles de formação marginalista vão tomar como base os dados produzidos tendo como referência a distribuição pessoal da renda.

Cabe aqui lembrar que a abordagem da questão da distribuição por meio de análise da distribuição pessoal da renda com base no conceito capital humano que ganhou força no Brasil na década de 70 com Carlos Langoni é o eixo da discussão dominante no cenário atual.

Belluzo (1975) traz o problema central entre a diferença de análise nos diferentes tipos de distribuição:

“Em geral, o tratamento dispensado a distribuição pessoal tem-se restringido aos aspectos estatísticos e descritivos do problema. Essas análises, não raro, vêm acompanhadas de hipóteses explicativas muito gerais que não configuram propriamente teorias coerentes. A teoria reclamada deve estar apta a explicar como se processa a estratificação dos assalariados e como se diferenciam as rendas de propriedade.” (Belluzo 1975, p.32)

Posto a diferença entre distribuição funcional da renda e distribuição pessoal da renda aparecem outros problemas para se avaliar o comportamento da distribuição de renda a partir dos dados disponíveis.

2.2 Os problemas com os dados disponíveis no Brasil

O mesmo autor que em 1970 rebateu Langoni, recentemente escreveu um artigo mostrando os problemas nos dados sobre a renda.

Rodolfo Hoffman escreve um artigo intitulado “A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais” em que ao mesmo tempo em que apresenta diversos dados sobre a distribuição de renda no Brasil entre o período 1995 e 2006, principalmente tentando defender uma recente queda da concentração de renda no período 2001-2006, Hoffman esclarece diversos problemas que os dados contêm. Apresenta confusões de termos, imprecisão de pesquisas e outros percalços que devem ser levados em consideração ao se fazer um estudo sobre distribuição de renda, podendo afetar o resultado do pesquisador.

Conforme visto, a renda pode ser analisada por sua distribuição funcional, ou seja, analisada de acordo com a forma como é apropriada. Ao olharmos as pesquisas governamentais que alimentam os estudos sobre o assunto deveríamos conseguir observar esta diferença.

O primeiro problema que se apresenta é com uma categoria de renda apresentada pelas pesquisas domiciliares. A “renda trabalho”, segundo o que foi discutido acima, seria a parcela de renda destinada aos trabalhadores. Porém o termo “trabalho” se refere a qualquer atividade que uma pessoa pode exercer, isto inclui trabalhar por conta própria ou ser um empregador. Ou seja, o lucro do empregador está parcialmente incluído na categoria “renda trabalho”, quando este declara o seu “prolabore” como renda do trabalho, contrariando qualquer raciocínio intuitivo. Devido a esta confusão, em alguns casos se chama de salário a categoria de renda de todos os trabalhos, ao invés de apenas o salário que é rendimento do trabalho de um empregado.

Mas as ressalvas não param por aí, mesmo depois de resolver o problema acima e extrair dos dados somente o que seria salário de fato, não ajuda na análise considerar tudo como salário. Voltando ao debate do primeiro capítulo, nem tudo o que é declarado como salário pode ser considerado como remuneração da força de trabalho no sentido clássico-marxista.

Os altos executivos, mesmo recebendo um salário, exercem uma função social semelhante ao dos proprietários dos meios de produção e não dos trabalhadores assalariados de baixo escalão. Belluzo (1975) no debate da década de 1970 também apontou esse problema: “os quadros burocráticos ligados aos núcleos decisórios das grandes empresas fixam suas próprias remunerações como função dos lucros. O que recebem tem muito pouco a ver com o seu grau de qualificação e bastante com sua proximidade dos centros de poder.” (p.34).

Outro problema com categorias de renda está presente na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Uma das parcelas do Rendimento Domiciliar per Capita é “Juros, Bolsa-Família e outros”, nesta parcela se inclui o rendimento de juros, dividendos e programas de transferências governamentais. Ou seja, rendas do Bolsa-Família ou do Renda Mínima estão agrupadas com rendas de aplicações financeiras.

Mais uma vez, colocar na mesma categoria uma pessoa que vive abaixo da linha da pobreza que precisa de uma transferência governamental para não morrer de fome e outra que possui tanto dinheiro que é capaz de deixar uma parte significativa parada apenas rendendo juros ou dividendos pode atrapalhar bastante as conclusões a partir destes dados.

Os dois casos, tanto da “renda trabalho” misturando salário do peão de fábrica com o lucro do seu patrão, quanto do “juros, bolsa-família e outros” misturando transferência governamental com juros e dividendos colocam na mesma parcela de renda a ser estudada rendas altamente regressivas (lucro, dividendos e juros) com rendas altamente progressivas (programas oficiais de auxílio).

Além disso, outro problema central das Pesquisas Domiciliares são os erros de declaração, rendas captadas por meio de questionários são sujeitas a erros para cima ou para baixo. Cada caso com sua particularidade.

Hoffman (2008) aponta para alguns casos de superdeclaração, em que pessoas com atividades de baixa remuneração - como faxineiro, garçom ou vigilante - informaram renda muito elevada, algumas acima de cem mil reais mensais. E na sua pesquisa retira estes dados junto com o que seria uma subdeclaração em domicílios onde que residem um juiz, delegado ou militar que declararam renda nula, para tentar homogeneizar os dados.

É preciso notar que a subdeclaração dos mais ricos representa uma parcela muito maior de ruído nos dados. Há também uma subdeclaração dos mais pobres, que seria uma dificuldade de captar rendimentos eventuais ou em espécie, mas certamente sendo o salário a única fonte daqueles mais pobres, o que ele declara na pesquisa está muito próximo daquilo que está em seu contracheque. Já com os mais ricos que possuem diversos tipos de renda, não é isso que acontece. Coloca-se no questionário a renda de uma das fontes ou um número arbitrariamente pequeno.

Parece ser consenso de que isso é realidade, para Hoffman não há dúvida de que o grau de subdeclaração varia com o tipo de rendimento: pequeno no caso de aposentadorias e pensões oficiais, e muito elevado no caso de juros e dividendos. Completa com uma espécie de pedido em nome de todos de pesquisadores: “Uma informação minimamente confiável sobre juros e dividendos poderia ser obtida das declarações de impostos de renda, e seria altamente desejável que esses dados estivessem disponíveis para os pesquisadores, respeitando-se, obviamente, o sigilo das informações individuais.” (Hoffman, 2008, p.18).

Mesmo o rendimento proveniente da posse de patrimônio, na forma de juros, dividendo ou aluguéis representar menos do que 3% da renda total declarada no PNAD, a discrepância dos números com a realidade é demasiada. Hoffman cita um estudo de Barros (2006) em que ele mostra que a renda de ativos no Sistema de Contas Nacionais (SCN) é quase quatro vezes superior ao valor captado na PNAD.

Mas seja renda de ativos ou de trabalho (lembrando aqui a ambiguidade do termo, e que estão incluídos lucros), também é relativamente consensual que nas pesquisas domiciliares a subdeclaração da renda é tão maior quanto mais alto é o rendimento.

Na tentativa de provar e explicar a recente queda na distribuição de renda no Brasil no período de 2000-2006 Hoffman nos apresenta outro problema: uma mudança na terminologia do Sistema de Contas Nacionais com o qual se deparou ao estudar algo que foi apresentado no primeiro capítulo: a distribuição funcional da renda, além da importância da participação de cada parcela na renda total para se entender a desigualdade na sua distribuição. Não é à toa que Hoffman apesar de defender a queda na desigualdade nos apresenta um contra-argumento: “O principal dado objetivo usado para colocar em dúvida a recente queda na desigualdade da renda é provavelmente a queda da participação dos salários na renda total no SCN.” (p.24).

A participação dos salários na renda total no SCN vinha caindo sistematicamente no final da década de 90 e início de 2000, porém acontece uma reversão nesse movimento fazendo com que a participação aumente e se estabilize. Intuitivamente se poderia pensar ser uma melhora na distribuição de renda após a eleição de um presidente que havia prometido uma mudança radical no cenário brasileiro. Porém o que de fato aconteceu foi uma mudança na terminologia da categoria “remuneração de empregados” em março de 2007.

Na definição do IBGE “remuneração dos empregados” no SCN inclui “ordenados e salários” e as “contribuições sociais dos empregadores” que formariam “para o empregador, o custo total com a força de trabalho empregada”. Com essa definição e se conhecendo a diferenciação funcional da renda, não precisa ser marxista para intuir que essa parcela corresponde à remuneração da força de trabalho, apropriada pela classe trabalhadora.

No entanto, a definição não está completa. Depois se esclarece que “salários e ordenados” incluem, além do esperado, “retiradas de sócios e proprietários”. Portanto a mudança nos critérios, por recomendação das Nações Unidas e outros organismos internacionais através de seus manuais de contas nacionais, acabam dificultando ainda mais a compreensão dos dados, propositalmente ou não.

Há novamente um problema crucial, que já foi abordado ao se falar da PNAD. Nas palavras de Hoffman “é praticamente impossível” separar a remuneração do trabalho, os lucros e a renda da terra. “Parece que a “remuneração dos empregados” no SCN é conceitualmente tão indefinida e eclética como o rendimento de todos os trabalhos na PNAD.”.

Apesar dessa confusão de termos, mudança na terminologia e indefinições é fato que a participação da “remuneração dos empregados” gira em torno de 40% do PIB – mesmo Hoffman defendendo a diminuição da desigualdade, explica que ela se dá a despeito da participação de 40% se manter estável. Portanto, mesmo incluindo rendimentos que seriam na verdade lucro, a participação da “remuneração dos empregados” representa menos da metade da renda total. Pode-se concluir que na realidade a participação dos salários na renda total é menor que 40%. Se levarmos em conta ainda a questão do salário de altos executivos que não são propriamente força de trabalho, a parcela “pura” de salários se torna muito menor que os 40% dos dados apresentados, infelizmente não é possível precisar quanto.

A contribuição de Hoffman sofre uma mudança de seu artigo da década de 70 para o seu artigo de 2008 que guiou este capítulo. Antes, mesmo sempre apresentando os dados, remetia a explicação para a economia política e uma contradição estrutural. Agora aponta todos os problemas, mas a economia política dá lugar a um esforço de contemporizar os problemas e conciliar os dados com sua tese de redução da desigualdade. No final, conclui que apesar de todos os problemas com os dados dificultarem enxergar a verdadeira concentração de renda

presente no Brasil é possível estudar o movimento dos indicadores e chegar a conclusões, mesmo que como vimos, sejam superficiais.

Capítulo 3 – Debate distributivo no Brasil: versão dos anos 2000

Introdução:

O debate distributivo no Brasil é muito amplo e tem sido o principal eixo das campanhas políticas de caráter nacional. Exatamente por conta desta profusão de produções sobre o tema da distribuição de renda no Brasil buscou-se identificar trabalhos síntese das posições encontradas no debate atual sobre a evolução da distribuição de renda recente no Brasil. Neste capítulo tomamos o artigo “Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil” do professor Carlos Medeiros para introduzir o debate e as controvérsias presentes. Em seguida escolhemos nos debruçar sobre a Nota Técnica do Ipea de agosto de 2006 intitulada “Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil” por apresentar um diagnóstico da evolução da distribuição de renda no Brasil com um viés de valorização das políticas de transferência de renda, que se tornou a visão dominante sobre a questão no Brasil hoje. Como contraponto crítico a esta visão escolhemos o artigo “Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil: uma leitura crítica” do professor Cláudio Salm por apontar os problemas presentes no relatório e indicar visões alternativas.

3.1 – Introdução ao debate “versão 2000”

Medeiros (2003) abre seu artigo apontando a mudança de caráter do debate em relação aos anos 1970. Ao contrário de outros momentos a maior parte das análises recentes no plano acadêmico sobre distribuição de renda se caracterizam por uma excessiva concentração nas suas dimensões quantitativas. Além disso, esses estudos referem-se quase que exclusivamente à dimensão da distribuição pessoal da renda, obtida basicamente a partir das rendas do trabalho. Deixando de lado dimensões importantes como a parcela salarial no produto e sua relação com os preços relativos e as margens de lucro.

O debate sobre crescimento econômico, distribuição de renda e pobreza revelam com maior frequência as divergências analíticas dos estudiosos. Quando se busca justiça distributiva, as diferenças se tornam mais evidentes. No plano propositivo, há um amplo ecletismo com diversas propostas de políticas públicas emergenciais e estruturais fruto de diferentes diagnósticos.

Basicamente são duas visões sobre o tema, a corrente amplamente dominante entre os economistas defende que para uma justiça distributiva e retirada dos indivíduos de uma situação de pobreza é preciso habilitá-los para isso, através de uma melhor distribuição de ativos, em particular o educacional. Como a ênfase é dada do lado da oferta (de trabalho), as implicações econômicas que decorrem dessa abordagem são, sobretudo, microeconômicas, voltadas a um melhor funcionamento dos incentivos de mercado.

A outra corrente se preocupa com outro ativo prioritariamente, a terra. Além de deslocar o foco da oferta para a demanda e os preços relativos, principalmente dos bens de consumo de massa e dos serviços públicos. Seria necessária uma expansão do emprego com elevação sustentada dos salários mais baixos e a universalização dos direitos sociais. Um conjunto de políticas públicas cumpriria o papel de articular esse crescimento menos desigual.

No diagnóstico dominante, o crescimento histórico se caracterizou por elevada concentração ao não promover uma maior difusão de ativos: terra, crédito e principalmente educação, ou capital humano. É importante definir o sentido da causalidade, a proposição central e assumida no diagnóstico é a de que a acumulação de capital humano é o principal fator determinante da desigualdade de renda.

Medeiros (2003) aponta alguns problemas cruciais nesta teoria, primeiro a não comprovação histórica; segundo, a baixa explicação da desigualdade pela educação, já que são duas variáveis dependentes. Para isso utiliza dois autores:

“(...) o papel da educação perde muito seu poder explicativo. Em particular, os resultados obtidos quando se decompôs o aumento de desigualdade entre 1977 e 1989 mostraram que a variável posição da ocupação (19,7% da variação da renda) foi mais importante que a variável educacional (11,4%)” (Bonelli; Ramos, 1993, p. 93).

“(...) a hipótese de que a desigualdade é diretamente afetada pela taxa de retorno e pelo número de anos de escolarização é um longo salto de fé.” (Fishlow, 1976, p. 70).

Sua última observação sobre a teoria do capital humano é que apesar da arbitrariedade das hipóteses e da quantidade de problemas empíricos essa é a tese central sobre a má distribuição de renda no Brasil. O crescimento econômico e a expansão do emprego (ótica da demanda) são considerados de importância reduzida para o combate à pobreza e a má distribuição de renda.

O diagnóstico dominante contém uma base teórica de estudos do Banco Mundial e da teoria neoclássica do Bem- Estar. Uma nota de rodapé no texto esclarece esta relação entre diagnóstico e teoria:

“A ênfase na distribuição de ativos atende ao segundo teorema da teoria neoclássica da Economia do Bem-Estar, segundo a qual qualquer distribuição de renda pode ser obtida por uma redistribuição da dotação de fatores produtivos. Assim, se a sociedade quiser uma distribuição mais equitativa, é necessário alterar a distribuição de ativos. No documento do IETS, considera-se que “(...) o acesso diferenciado a ativos econômicos está na raiz da desigualdade de renda.” (IETS, 2001, p. 33). A mensagem ideológica principal é “(...) toquem na distribuição inicial de recursos, mas, por favor, não toquem no mecanismo de mercado”(Cesaratto, 2001 apud Medeiros, 2003, p. 327)

Desse diagnóstico surge um conjunto de propostas de políticas públicas de curto, médio e longo prazo. No médio e no longo as políticas devem agir sobre as razões estruturais que levam a pobreza e concentração de renda, seriam elas: escolarização, regularização fundiária e provisão de microcrédito. No curto prazo devem ser políticas compensatórias focalizadas na população mais pobre, basicamente transferência direta de renda a indivíduos carentes.

3.2 – Versão dominante

Veremos agora como a Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) denominada “Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil” evidencia a visão dominante na discussão recente sobre distribuição de renda no Brasil.

O relatório busca documentar “a recente e acentuada queda na desigualdade de renda”(sic), avaliar sua magnitude e importância, identificar seus principais determinantes e, por fim, delinear propostas de políticas públicas para que seja prolongada, ou mesmo aprofundada, nos anos subsequentes.

Vale notar que em seu Sumário Executivo já fica clara o esforço de se dar uma dimensão importante ao relatório: participaram da elaboração cerca de 30 especialistas (inclusive um ganhador do Prêmio Nobel) do mundo todo de diversas instituições e universidades.

A tese central já é dada na primeira linha do relatório. De 2001 a 2004, a desigualdade de renda familiar per capita caiu de forma contínua e substancial, alcançando seu menor nível nos últimos trinta anos. Essa desconcentração levou a uma expressiva redução da pobreza e da extrema pobreza.

Antes de entrar no objeto central da análise do relatório que são os chamados determinantes imediatos da queda na desigualdade, o relatório aborda alguns pontos que também são interessantes de serem analisados.

Após apontar que a desigualdade de renda medida pelo índice de Gini caiu de forma contínua e substancial e que entre os 75 países para os quais há informações relativas à evolução da desigualdade de renda ao longo da década de 1990, menos de um quarto apresentou taxas de redução da desigualdade superiores à brasileira, ressalta-se que uma queda dessa magnitude na concentração de renda tem, potencialmente, elevados impactos sobre a redução da pobreza e da extrema pobreza. Ademais, como a renda per capita da população total não cresceu no período, toda a queda da pobreza verificada pode ser integralmente atribuída à redução na desigualdade. Conclui então que reduções de grau de desigualdade podem funcionar substituindo o crescimento econômico no combate à pobreza mesmo que também funcionem como complementos.

Há também uma parte dedicada a defender a tese central de qualquer questionamento acerca da metodologia ou das estatísticas utilizadas. Lembra-se que qualquer que seja a medida adotada, a queda da desigualdade é substancial. Também se defende a confiabilidade da estática da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), lembrando que tanto o Banco Mundial como as Nações Unidas classificam as informações da PNAD como de excelente qualidade.

Após a defesa dos dados há também um esclarecimento importante sobre o objetivo do relatório. Este documento se concentra na identificação dos determinantes da variação na desigualdade ao longo dos anos, e não de sua magnitude em um dado ano. Ressaltando que os determinantes do nível da renda são diferentes daqueles que determinam a sua variação. Além disto, esclarece que há varias formas de desigualdade, mas o relatório foca-se na desigualdade de renda. Por ser mais fácil de ser mensurada e porque é determinante dos demais resultados. Mais especificamente a renda per capita, por alguns motivos:

“Neste relatório, centramos nossa atenção na distribuição das pessoas segundo a renda per capita da família a que pertencem. Usamos como unidade de análise as pessoas, para ressaltar que são elas, em última instância, que se desenvolvem, têm bem-estar e felicidade.” (Ipea, 2006, p. 10)

Após os pontos introdutórios e os esclarecimentos é possível analisar o capítulo central do relatório, intitulado “Determinantes imediatos da queda recente da desigualdade”. Explica-se que o termo “determinantes imediatos” se dá aos fatores que afetaram de forma mais direta o declínio na desigualdade de renda no período analisado.

Segundo o relatório, são cinco os determinantes imediatos da renda familiar per capita: a) características demográficas das famílias; b) transferências de renda; c) remuneração de ativos; d) acesso a trabalho, desemprego e participação no mercado de trabalho; e) distribuição dos rendimentos do trabalho.

O primeiro determinante “características demográficas das famílias” é afetado de forma mais direta pela proporção de adultos na família já que são eles que geram renda. Esta proporção de adultos aumentou nos últimos anos, mas não de maneira uniforme. A queda na desigualdade demográfica não foi devida à aproximação do padrão demográfico de famílias pobres e ricas, mas de uma homogeneização nos mesmos grupos de renda. Com isso seu efeito foi limitado, e segundo o estudo caso a proporção dos adultos de cada família não tivesse se alterado entre 2001 e 2004, a queda na desigualdade de renda teria sido apenas 2% inferior à verificada.

O Segundo determinante “transferências de renda” é dividido em três grupos: pensões e aposentadorias públicas; Benefício de Prestação Continuada (BPC); benefícios do Bolsa Família

e outros programas similares, tais como Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Bolsa Escola. O determinante tem três características que afetam seu impacto na desigualdade de renda: a) a magnitude dos benefícios; b) o grau de cobertura; e c) o grau de concentração do atendimento na população mais carente.

O estudo afirma que o impacto distributivo será tão mais elevado quanto mais generoso forem os benefícios e maiores forem os graus de cobertura dos mais carentes. Em conjunto as transferências governamentais contribuíram com cerca de um terço da redução na concentração de renda, apontando para uma importância elevada desse fator. Analisando-se as contribuições de cada um dos três componentes é possível verificar que elas foram razoavelmente similares, em torno de 10% cada, conclui o relatório.

O terceiro determinante “remuneração de ativos” é dividido em dois grupos: a) aluguéis; b) juros e dividendos. Ao comparar os dados da PNAD com o SCN revela-se que a remuneração de ativos tem um elevado grau de subestimação. Porém o relatório nos lembra que como a evidência é de que esse grau de subestimação não se alterou recentemente, ele não deve ter tido impacto sobre a queda da desigualdade.

O quarto determinante “acesso a trabalho, desemprego e participação no mercado de trabalho”, apesar de conter três fatores chaves para o relatório, não obteve impacto relevante na queda da desigualdade. Os indicadores evoluíram favoravelmente, mas os impactos foram reduzidos porque muitos dos postos de trabalho gerados foram ocupados por trabalhadores em famílias nas quais já havia pessoas ocupadas. O impacto seria maior se tivesse ocorrido em famílias com poucos adultos ocupados. Sendo assim esse determinante explica somente 3% da queda na desigualdade.

O último determinante parece ser o mais importante no relatório, tanto pelo defendido impacto na queda da desigualdade quanto pela extensão da sua análise no relatório. Apesar de começar afirmando que desde 1995 a desigualdade de renda do trabalho já vinha declinando de forma sistemática, termina dando ênfase à recente aceleração desse processo. Com isso, a queda na desigualdade de rendimentos do trabalho explica metade da queda na desigualdade de renda familiar observada de 2001 a 2004.

A análise deste determinante apesar de confusa é mais extensa e cabe aqui apontar os seus desdobramentos. O relatório divide a desigualdade de rendimentos do trabalho e seus efeitos sobre a concentração de renda familiar per capita em dois grupos distintos: a desigualdade revelada pelo mercado de trabalho e a desigualdade gerada pelo mercado de trabalho.

Dentro da desigualdade revelada há dois fatores fundamentais: a *desigualdade educacional* entre os trabalhadores e a magnitude das *diferenças de remuneração* entre trabalhadores com distintos níveis de escolaridade. Ao longo do período analisado ambos os fatores declinaram explicando, em conjunto, cerca de um terço da queda da desigualdade de rendimentos do trabalho, e 15% da queda da desigualdade de renda familiar per capita. A força de trabalho tornou-se ligeiramente mais homogênea, diminuindo a desigualdade educacional, isso explicaria 10% da queda da desigualdade de renda do trabalho e 5% da queda da desigualdade de renda familiar per capita. Já os diferenciais de remuneração já vinham declinando continuamente desde 1995, mas a partir de 2001 parece ter ocorrido uma aceleração dessa queda, contribuindo para cerca de 20% da queda da desigualdade dos rendimentos do trabalho e para 10% da queda da desigualdade de renda familiar per capita.

Na desigualdade gerada pelo mercado alguns aspectos são levantados: a discriminação salarial por raça e gênero; a segmentação espacial; e a segmentação formal-informal. A discriminação salarial por raça e gênero é comum a todos os países, e no caso brasileiro se manteve a níveis altíssimos, com homens com mesmas características observáveis ganhando 70% a mais que mulheres, assim como brancos ganhando 30% a mais do que negros. Apesar de serem dados extremamente preocupantes o relatório não se prolonga sobre o assunto, apenas aponta que essa discriminação pouco variou e sua importância para explicar a recente queda da desigualdade de renda é próxima de zero.

A segmentação espacial trata dos diferenciais de remuneração entre as Unidades da Federação ou entre cidades de diferentes portes dentro das UFs. O diferencial de remuneração entre as UFs se manteve estável e não afetou a queda da desigualdade. Porém as disparidades entre capital e municípios médios, e também entre municípios médios e pequenos, declinaram acentuadamente entre 2001 e 2004, e essa maior integração entre os mercados de trabalho dos municípios de diferentes portes contribuiu significativamente para a redução na desigualdade de renda. Caso não tivesse ocorrido, a queda da desigualdade do trabalho teria sido 20% inferior e a

queda da desigualdade de renda familiar per capita 10% menor que a verificada. Além disto, houve um grau de integração entre os mercados urbano e rural contribuindo para a queda da desigualdade.

Por fim, há a segmentação formal-informal, no caso do Brasil há um duplo movimento. O grau de informalidade do mercado vem diminuindo, mas o diferencial de remuneração entre trabalhadores formais e informais vem crescendo. Esses dois fatores atuando em direções apostas faz com que o efeito líquido da segmentação formal-informal seja uma concentração de renda. Caso o grau de segmentação entre os setores não tivesse aumentado, a queda na desigualdade de renda entre famílias teria sido 5% maior do que efetivamente ocorreu.

Depois de feita toda a análise otimista dos determinantes da propagandeada queda substancial na desigualdade de renda, o relatório muda o tom e nos lembra que apesar da queda recente, a desigualdade de renda brasileira permanece extremamente elevada, onde a renda apropriada pelo 1% mais rico da população é igual a renda apropriada pelos 50% mais pobres.

Sendo assim, defende a importância da continuidade da queda e um pacote de políticas públicas voltadas para isso, quatro aspectos fundamentais estariam nessa estratégia ampla de combate a desigualdade: a) a equalização de oportunidades para a aquisição de capacidades; b) a equalização de oportunidades para o uso produtivo das capacidades adquiridas; c) a redução da desigualdade de tratamento dos trabalhadores no mercado de trabalho; e d) tornar o sistema tributário e o gasto público mais eficiente e progressivo. Apesar destas recomendações há uma ressalva:

“Recomendações de políticas específicas exigem evidências e resultados mais detalhados e profundos do que os apresentados ao longo deste relatório.” (Ipea, 2006, p. 8)

As propostas e a ressalva citada nos remetem ao autor do começo do capítulo:

“a despeito da genérica crítica ao gasto social no Brasil, o que de fato ora implícito, ora explícito no diagnóstico dominante sobre a má alocação do gasto resume-se à previdência pública, ao seguro-desemprego (que

confere renda “aos mais ricos” (sic)) e à universidade pública.” (Medeiros, 2003, p. 333-334).

Porém, Medeiros escreveu seu artigo anos antes da publicação do relatório do Ipea, para apontar os problemas com este relatório e sintetizar as críticas ao que seria um diagnóstico dominante usaremos o artigo do professor Claudio Salm (2007)

3.3 – Uma resposta à versão dominante: críticas teóricas e metodológicas

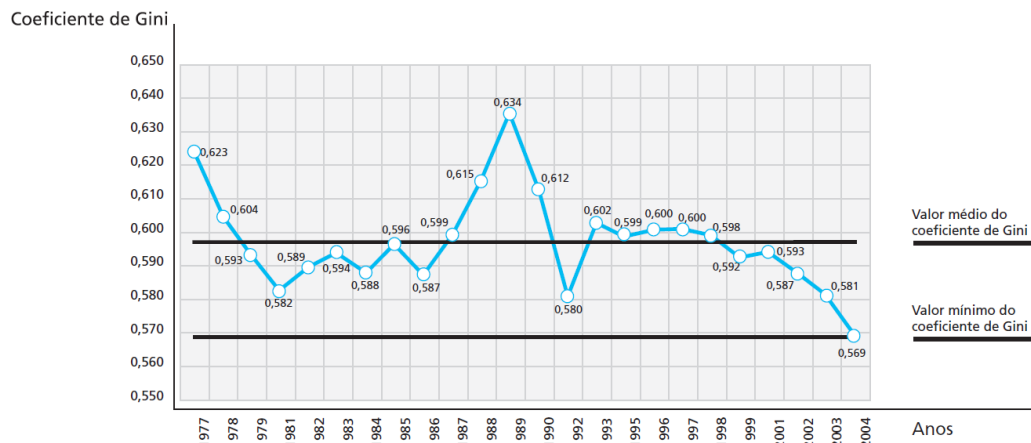
O artigo de Salm, como seu título evidencia, é uma leitura crítica do relatório do Ipea apresentado acima. O autor começa seu artigo criticando a taxonomia utilizada no relatório para classificar os determinantes das variações na desigualdade de renda. Para ele misturam-se fatores que podem ter influência sobre a desigualdade, mas que são normalmente detectados em períodos bem mais longos – como os demográficos, os comportamentais (discriminações) ou os educacionais -, com outros cujos impactos tendem a alterar a desigualdade em prazos mais curtos, como programas oficiais de transferência de renda.

Além disso, Salm (2007) lembra outros fatores importantes aos desenvolvimentistas que ou foram omitidos ou foram negligenciados. Entre alguns deles estão: as taxas de inflação, as variações no valor do salário mínimo, as variações na estrutura tributária e a volatilidade das taxas de crescimento.

Como anteriormente mencionado, o relatório reuniu diversos especialistas no assunto e se pretende ser o mais importante diagnóstico sobre distribuição de renda no período em questão. Salm questiona então a estreiteza dos objetivos: um estudo deste porte não deveria se limitar a analisar somente o período de 2001 a 2004.

Sua primeira crítica pontual se dá ao Gráfico 1 (p. 14), que mostra que a desigualdade já vinha caindo desde 1997 e questiona o período escolhido. Quando na verdade no período de 2001-2003 a pobreza e a indigência teriam aumentado. Além disso, a série de 27 anos do gráfico em questão só mostraria a oscilação do índice de Gini em torno de uma média extremamente alta se eliminarmos um ou dois anos de inflação elevada. Eliminando esses picos a série ainda apresenta dois períodos de quedas contínuas no coeficiente de Gini semelhantes ou mais intensas que a verificada entre 2001 e 2004.

GRÁFICO 1

Evolução temporal da desigualdade de renda familiar *per capita* no Brasil

Fonte: Barros et al. (2006a e b).

A crítica segue ao elemento central da análise, a queda substancial da desigualdade de renda de 4%. Dados os níveis absurdamente elevados de concentração de renda presentes no Brasil, esta queda na verdade seria insignificante, ou pelo menos não seria motivo de tanta euforia. Salm critica essa euforia e usa uma citação do próprio relatório para demonstrar que não há motivo para isso:

“Mesmo mantendo o acelerado passo (sic) com que a desigualdade foi reduzida no período analisado, seriam necessários 20 anos para que o país passasse a apresentar uma distribuição compatível com os países que tem nível de desenvolvimento comparável ao brasileiro.” (Ipea, 2006, p. 7)

Apesar do clima eufórico cabe lembrar algo que não foi apontado por Salm, esta citação aparece três vezes no relatório (p. 7, 11 e 19) mudando apenas “20 anos” para “duas décadas”. Porém em vez de tentar entender os determinantes desse enorme nível de desigualdade pareceu-lhes mais importante entender a pequena (reputada como expressiva) variação.

Salm usa outra citação para tocar num ponto central do relatório: “A evidência empírica apresentada neste relatório é contundente: a desigualdade de renda familiar no Brasil tem

declinado desde 2001 de forma acentuada e contínua. Como consequência, reduziram-se a pobreza e a extrema pobreza.” (Ipea, 2006, p. 52)

Para ele há uma inversão nos termos da proposição, e que a forma correta seria: a redução da pobreza leva à desconcentração. Desta forma ficaria claro que a prioridade deve ser o desenvolvimento, incluindo o aumento na produtividade das atividades que produzem bens salários, o que permitira diminuir a pobreza e como consequência a desigualdade.

Para Salm essa inversão daria margem para se achar que o relatório pretende realçar a maior eficiência e eficácia relativa das transferências governamentais para combater a desigualdade, especialmente o Bolsa Família.

Seguindo com as transferências, ele aponta outro problema do relatório, que analisa o impacto separado do Bolsa Família apesar de na PNAD o Bolsa Família aparecer misturado com outros rendimentos como juros, dividendos e outros programas governamentais.

Salm volta a tocar na importância do crescimento para redução da desigualdade. Mesmo que não haja aumento da renda per capita como o relatório apresenta, podem ocorrer mudanças importantes nas estruturas produtivas, crescimento de algumas atividades junto com a queda em outras. Esse crescimento pode ser num setor de importância regional como o agronegócio, que para Salm é negligenciado no relatório. Mesmo citando a importância das integrações das cidades de diferentes portes, o relatório não aprofunda seus determinantes. Em uma nota de rodapé exemplifica esta crítica além de junto questionar as terminologias arbitrárias usadas pelo relatório:

“Quando, no Encarte 3, o Ipea (2006) fala da provável importância dos empregos criados no interior por conta do agronegócio, acrescenta que tal fator estaria mais ligado ao que o estudo denomina de “determinantes primários”, mas não aos denominados, também pelos autores, de “determinantes imediatos” como seria o caso do indefinido “maior integração dos mercados de trabalho”. Essa taxonomia (“determinantes imediatos” x “determinantes primários”) nos parece arbitrária e desprovida de qualquer base conceitual, não podendo, portanto, contribuir em nada para uma agenda que pretenda aprofundar na pesquisa dos determinantes

da desigualdade. O aumento do crédito à agricultura familiar (Pronaf), é um determinante “primário” ou “imediato”?”(Salm, 2007, p. 5)

Outro questionamento levantado diz respeito à ênfase dada no relatório ao impacto da renda trabalho sobre a queda da desigualdade de renda. Ora, se a renda trabalho representa na PNAD cerca de 75% da composição da renda total, não é de se espantar que a parcela da redução no índice de Gini explicada pelo que ocorreu no mercado de trabalho seja de longe a que mais pesa na explicação da distribuição de renda, afinal os dados utilizados só medem isso.

Após analisar a relevância dos determinantes privilegiados pelo relatório do Ipea, Salm foca sua crítica no rendimento do trabalho. Para ele há uma negligência analítica quanto à criação de empregos, nada se diz sobre a sua quantidade ou composição. Nas escassas linhas sobre o assunto apenas se buscou minimizar a sua importância para a queda na desigualdade. Quando na verdade esses empregos foram importantes por afetar os estratos, não dos mais pobres, mas daqueles com remuneração próxima ao salário mínimo, e isto ocorreu no período analisado, segundo Salm.

Além disso, ao tratar da concentração da distribuição das remunerações do trabalho para a queda do coeficiente de Gini o relatório atinge seu clímax ao usar a escolaridade como única explicação. A teoria do capital humano e sua crítica já foram apresentadas, mas Salm aponta para outro problema que seria o estreitamento dos diferenciais de retorno do ensino superior e fundamental. Uma desvalorização de diplomas universitários em um ano de grande crescimento (2004) é um fenômeno que mereceria maior atenção na realidade brasileira, que poderia indicar um problema na matriz produtiva do país que estaria cada vez menos precisando de trabalhadores qualificados, gerando apenas empregos de baixa complexidade e com remunerações pequenas.

Salm após apontar os limites de uma análise pessoal da renda desconsiderando uma análise da distribuição funcional, como fizemos no segundo capítulo, atenta para o fato do relatório ignorar a inversão na distribuição funcional da renda em favor dos rendimentos da propriedade. O relatório aponta uma irrelevância do rendimento dos ativos para explicar a distribuição de renda, o que para Salm (e segundo ele, para o bom senso) é incompreensível. Além da suposição no relatório de que as omissões dos ricos sejam proporcionais as dos pobres,

para com isso desconsiderar o problema da subestimação dos dados relativo aos ativos na explicação da queda na desigualdade.

Mas para desqualificar as subestimações feitas pela PNAD, além da suposição acima, há outro problema referente à agropecuária que Salm cita para depois esclarecer a extravagância teórica:

“O principal fator responsável pelo crescimento do hiato entre a Pnad e as Contas Nacionais foi o crescimento na parcela do excedente operacional bruto devido à agropecuária. Como esse componente da renda capta, em parte, renda do trabalho, e não se encontra particularmente concentrado entre os mais ricos, dificilmente essa mudança poderia ter causado um aumento no grau de desigualdade que não fosse captado pela PNAD.”
(Ipea, 2006, p. 26)

Salm rebate de forma simples e direta, se parte da remuneração do trabalho captada pelo EOB é uma parcela pequena, que mal chega a 10%, referente aos autônomos (remuneração mista de capital e trabalho), mais de 90% do EOB se referem aos lucros e outras rendas da propriedade.

Antes de entrar na crítica à parte final do relatório, Salm se propõe a fazer um apanhado do que considera crucial para entender as variações na distribuição de renda, mas que foram deixados de lado ou tratados com superficialidade pelo relatório. Começando pelo determinante crescimento, que aparece de forma transversal no relatório e não com o devido destaque que deveria. Para defender os motivos para tal, lança mão do mesmo autor que introduziu este capítulo:

“Na tradição estruturalista (este começo foi omitido por Salm), a relação entre crescimento econômico e distribuição de renda (do trabalho) pode ser pensada através de dois movimentos principais. Em primeiro lugar, há um efeito desconcentrador decorrente da redução relativa do setor informal e das atividades (agricultura tradicional) que estão na base da pirâmide distributiva. Ao lado desse efeito de transformação estrutural e de mobilidade ascendente, há um outro efeito de composição do emprego

ao longo do ciclo econômico. Como os trabalhadores qualificados são menos suscetíveis ao desemprego nos períodos de contração da demanda, esta abate-se principalmente sobre o nível de emprego dos trabalhadores não qualificados. A expansão de atividades de menor rendimento no setor informal e a manutenção do emprego qualificado de maior rendimento aumentam as polarizações do mercado de trabalho e a desigualdade. A estabilização das taxas de crescimento em patamares altos possui exatamente um efeito contrário, aumentando o rendimento dos trabalhadores de menor qualificação.” (Medeiros, 2003, p.337-338)

Para Salm a solução estaria em crescimento sustentado junto com uma alteração das perversas combinações das variáveis macroeconômicas tais como juros, câmbio e a taxa de investimento. Além da difusão de inovações que elevassem a produtividade das atividades voltadas ao suprimento das carências que distinguem as vidas dos mais pobres.

Além do crescimento que para Salm é de suma importância, há outros elementos que o relatório não aprofundou como deveria. Para ele é preciso dar mais importância para a formalização do emprego, é preciso pautar que o aumento da formalidade continue por ter alto impacto na diminuição da desigualdade.

Também é preciso buscar explicações na estrutura da economia, ele remete a importância dada pelo relatório à diminuição do diferencial em remuneração entre cidades grandes e as pequenas e entre as Regiões Metropolitanas e os municípios pequenos do interior, mas sem buscar as razões por trás. Com isso, este fenômeno adquire a feição que domina a maioria dos determinantes, foca-se nas características pessoais ou da oferta de mão de obra, no caso, local de moradia.

Para ele também não se justifica a omissão do estudo de qualquer referencia aos preços relativos em um país com estruturas de consumo tão diferenciadas. Tendo o gasto com alimentação e transporte forte peso sobre os mais pobres. Assim como os impostos altamente regressivos em nosso país, que foram pouco mencionados no estudo.

Por último, talvez o mais importante, está o salário mínimo e sua relação com a queda da desigualdade, que sequer foi mencionado no relatório. Apesar de se supor não atingir os mais

pobres – por incrível que pareça – o salário mínimo afeta em certa medida o grau de remuneração dos estratos que ganham abaixo da média geral de salários, contribuindo para a diminuição da desigualdade salarial.

Em sua conclusão, já avaliando a agenda de pesquisa proposta pelo relatório, Salm muda um pouco o tom e consegue encontrar algum consenso com as propostas apresentadas. Apesar de taxar o relatório de ortodoxo e lembrar a irrelevância da ortodoxia para a formulação de políticas públicas no combate a pobreza e à concentração de renda, Salm reconhece que são colocados fatores que para ele também são relevantes:

“No capítulo final são dadas as devidas ênfases a dinâmica do mercado de trabalho (“equalizar as oportunidades quanto ao acesso ao trabalho”, o que implica dar prioridade ao crescimento); à qualidade da educação que recebem os pobres; à qualidade dos empregos; e à iniquidade do sistema tributário.” (Salm, 2007, p. 13)

Para Salm as divergências diminuíram, mas não desaparecem. E o único fato que apresenta para isso é a ocultação do salário mínimo. Para ele o relatório serviria para dar um destaque indevido às transferências de renda (principalmente o Bolsa Família) e desconsiderar a importância do salário mínimo. Reforçando o ideário neoclássico de não mexer diretamente com os mecanismos de mercado e sim com as dotações iniciais.

Portanto, vimos com Medeiros (2003) que houve uma mudança do debate dos anos 1970 para os 2000 no seu foco, agora mais quantitativo. No entanto ainda há duas visões principais guiando o debate em ambos os momentos: o diagnóstico dominante centrado na teoria do capital humano com sua agenda propositiva e a tradição estruturalista com sua respectiva agenda propositiva. O relatório do Ipea presente neste capítulo ajudou a esclarecer o que seria o diagnóstico dominante e o artigo do professor Salm o que seria a crítica ao diagnóstico dominante ou a tradição estruturalista. O debate não se reduz a três autores ou instituições, mas os que foram usados serviram para apontar os pontos principais no debate.

Conclusão

Assim como para se fazer um bom estudo sobre o tema da distribuição de renda é preciso que a análise esteja historicamente referenciada, neste trabalho sobre o debate dos anos 2000 acerca da distribuição de renda no Brasil, se buscou antes de entrar no objetivo propriamente dito, esclarecer questões que poderiam enriquecer a discussão.

Tentar analisar o debate recente sem olhar para o processo que o gerou tornaria o estudo superficial e simplório. Para isso os pontos apresentados no capítulo um e introdução do capítulo três foram importantes para entender algumas teorias que viriam a se expressar numa análise prática presente no relatório do terceiro capítulo.

Além disso, a diferenciação das distribuições pessoal e funcional da renda é importante para mostrar a possibilidade das diferentes abordagens já que cada vez menos são feitos relatórios ou estudos sob a ótica funcional da renda, quando muito, estas análises se restringem ao meio acadêmico e com pouca inserção prática na sociedade.

Os problemas pontuais das pesquisas apresentados no capítulo dois são importante para alertar os estudiosos sobre o tema dos limites dos dados que nós temos. Mesmo que cientes dos problemas não dão muita relevância para eles, mas é preciso saber que as conclusões tiradas em cima dos dados estarão limitadas assim como eles.

Por fim, o relatório do Ipea serve para mostrar que aquele diagnóstico nada mais é que uma versão da realidade. Seu conteúdo e agenda propostos tem como base uma visão teórica e política da sociedade e todos os limites e problemas que essa teoria carrega.

A crítica apresentada, mesmo que limitada, toca em alguns pontos que são caros para o diagnóstico dominante e mostra que há uma outra visão dos mesmos problemas e uma outra agenda propositiva. Vale lembrar que a crítica também é uma versão da realidade, porém, a realidade é uma só e é preciso um esforço maior para tentar entende-la e transforma-la.

Bibliografia

RICARDO, D. (1815). Ensaio acerca da influência do baixo preço do cereal sobre os lucros do capital. In: NAPOLEONI, C. (1973). Smith, Ricardo, Marx. 3.ed., Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CARDOSO, F. H. Prefácio. In: TOLIPAN, R. & TINELLI, A.C. (1975) A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975

HOFFMAN, R. Tendências da Distribuição da Renda no Brasil e suas Relações com o Desenvolvimento Econômico. In TOLIPAN, R; TINELLI, A. C. A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975

MEDEIROS, C. Desenvolvimento Econômico e Estratégias de Redução da Pobreza e das Desigualdades no Brasil, in Ensaios FEE, Porto Alegre, vol. 24 N.2, 2003.

IPEA - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Brasília, ago. 2006. Nota Técnica

NEY, M. G.; HOFFMANN, R. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: uma análise de dados da PNAD, do censo demográfico e das contas nacionais. Econômica, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, junho 2008, p. 7-39.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda e crescimento econômico. Estudos Avançados. 15(41), IEA-USP. São Paulo. 2001. p.67-76.

MALTA, M. M. “A Controvérsia da Distribuição de Renda no Pensamento Econômico Brasileiro: a Ampliação do Debate Teórico sob a Conjuntura Política dos anos 1970”. XXXVIII Encontro Nacional da ANPEC. Salvador, 2010 [CD, [www. anpec.org.br](http://www.anpec.org.br)].

BELLUZZO, L.G.M. Distribuição de renda: Uma visão da controvérsia. In TOLIPAN, R; TINELLI, A. C. A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975

SALM, C. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil: uma leitura crítica. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br>>. Acesso em: 24 dez. 2013.

ALVAREZ, A. R. Desenvolvimentos teóricos sobre a distribuição de renda, com ênfase em seus limites. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. Dissertação de Mestrado.

FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. In: FOXLEY, A. Income distribution in Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 1976

BONELLI, R.; RAMOS, L. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. Revista de Economia Política, São Paulo: Ed. 34, v. 13, n. 2, p. 76-97, abr.-jun, 1993.